



## **Termo de Compromisso de Logística Reversa de Embalagens em Geral é assinado na Fiesp**

O Termo de Compromisso de Logística Reversa (TCLR) de Embalagens em Geral foi assinado no dia 23 de maio, pela Fiesp e pelo Ciesp, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e 18 Associações nacionais e Sindicatos estaduais de alimentos, bebidas, brinquedos entre outros, além da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Na ocasião, também foi apresentado o Sistema de Logística Reversa alternativo para micro e pequenas empresas paulistas viabilizarem o cumprimento das exigências das políticas nacional e estadual de Resíduos Sólidos.

**Pag. 02**

## **Destaques dessa edição**

### **Portal de Resíduos da Fiesp e do Ciesp**

Pag. 3

### **20ª Semana do meio ambiente**

Pag. 4

### **24º Edição do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental**

Pag. 9

### **Ibama define novas regras para o Cadastro Técnico Federal**

Pag. 24

**No radar**



Pág.18

**Diplomas  
recentes**



Pág.20

**Monitore**



Pág.25

**Agende-se**



Pág.26

## Aconteceu

### **Termo de Compromisso de Logística Reversa de Embalagens em Geral é assinado na Fiesp**

O Termo de Compromisso de Logística Reversa (TCLR) de Embalagens em Geral foi assinado no dia 23 de maio, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O Termo foi firmado pela Fiesp e pelo Ciesp, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e por 18 Associações nacionais e Sindicatos estaduais de alimentos, bebidas, brinquedos entre outros, além da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe).

No evento, o presidente da Fiesp e do Ciesp, Paulo Skaf, disse que São Paulo precisa ser a pioneira na implementação da logística reversa de embalagens. "Não adianta ficar reclamando. Temos que enfrentar todos os problemas e resolvê-los".

José Ricardo Roriz Coelho, 2º vice-presidente da Fiesp e do Ciesp, lembrou o papel de Skaf para se chegar à parceria. Desenvolvemos em conjunto uma alternativa para a logística reversa de embalagens, conforme a legislação, levando em conta variáveis regionais e a viabilidade para pequenas e microempresas, destacou.



"Não será tarefa fácil. Teremos muitos desafios pela frente", disse Roriz. É preciso haver incentivos para o desenvolvimento de soluções para o reaproveitamento dos resíduos sólidos, explicou.

Mauricio Brusadin, secretário Estadual do Meio Ambiente, reconheceu o simbolismo da assinatura do termo. "Já repercutiu no país como um todo", afirmou, revelando ter recebido nos últimos dias ligações de secretários do meio ambiente de outros Estados para falar sobre o tema. "Sairá do papel graças ao empenho do empresariado paulista, encabeçado pela Fiesp", destacou. Defendeu que se elimine a bitributação em material reciclado.

Luigi Longo, coordenador do GIRS, falou sobre Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (GIRS). Geraldo Amaral, diretor de Controle e Licenciamento Ambiental da Cetesb, disse que a logística reversa pode ser solução para a falta de recursos nos municípios. Destacou o significativo ganho ambiental permitido.

Necessária para o licenciamento ambiental, no Estado de São Paulo, a logística reversa de embalagens é um grande desafio especialmente para micro e pequena empresas.

Para ajudá-las a Fiesp e o Ciesp, em parceria com associações e sindicatos, desenvolveram um sistema alternativo, apresentado durante a assinatura do Termo de Compromisso de Logística Reversa de Embalagens em geral.

Anicia Pio, gerente do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp, apresentou o projeto piloto de logística reversa de embalagens. O objetivo principal do sistema é estruturar um modelo alternativo para micro e pequenas empresas paulistas, viabilizando o cumprimento das exigências das políticas nacional e estadual de Resíduos Sólidos.

A proposta é que os volumes de materiais recicláveis que ainda não estão inseridos hoje na cadeia produtiva passem a ser, com a remuneração devida. Destacou que desta forma será viável reduzir os volumes desses materiais que ainda vão para aterros.

## SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS

O Sistema de Logística Reversa de Embalagens é proposta desenvolvida pela Fiesp e pelo Ciesp, em parceria com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), que objetiva viabilizar a estruturação, implementação e operacionalização de sistema de logística reversa de embalagem que compõem a fração seca dos resíduos sólidos urbanos ou equiparáveis, visando o reaproveitamento destas no ciclo produtivo, ou outra destinação final ambientalmente adequada. As empresas obrigadas a implementar sistemas de logística reversa podem participar deste sistema por meio dos seus Sindicatos e Associações. Todo o sistema será rastreado, objetivando a comprovação da comercialização e por conseguinte, a restituição das embalagens ao ciclo produtivo.

Esta restituição das embalagens ao ciclo produtivo é comprovada por meio das notas fiscais que são checadas pela Certificadora.

O **Sistema de Logística Reversa de Embalagens** tem como premissas utilizar parcerias estratégicas, tecnologia, transparência e escala para diminuir o custo sistêmico.

### Benefícios para a Indústria:

- ♻️ Conformidade legal.
- ♻️ Potencial de ganhos com a redução de custo da matéria-prima reciclada.
- ♻️ Investimento proporcional à massa de embalagens colocadas no mercado.
- ♻️ Transparência: rastreabilidade e credibilidade dos dados sobre massas recicladas possibilita relatórios detalhados para controle do Sistema.
- ♻️ Menor risco: modelo já implementado na Europa e operacional no Brasil.
- ♻️ Isonomia.

Toda comunicação do Sistema está disponibilizada no Portal de Resíduos da Fiesp e do Ciesp. Navegando pelas páginas de conteúdo do Portal, pode-se acessar também: a Bolsa de Resíduos desenvolvida pela Fiesp; endereços de onde reciclar os resíduos; cases de sucesso relevantes da indústria em relação a esse tema; os acordos setoriais e os Termos de Compromisso vigentes; a legislação específica; e estatísticas, publicações e documentos relacionados à área de resíduos.

Portal de Resíduos da Fiesp e do Ciesp:  
<https://goo.gl/Tr94PQ>

*Agência Indusnet Fiesp*



## 20ª SEMANA DO MEIO AMBIENTE

### *A INDÚSTRIA RECICLA – SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA EM OPERAÇÃO NO BRASIL*

“O tema da sustentabilidade entrou na pauta estratégica da indústria paulista”. Foi assim, com um convite ao debate, que foi aberto o Seminário “A indústria recicla – Sistemas de logística reversa em operação no Brasil”. Quem destacou o assunto foi o vice-presidente e diretor titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp e do Ciesp, Nelson Pereira dos Reis, que abriu a 20ª Semana do Meio Ambiente, iniciada em 05 de junho.

Nelson lembrou que a relação da indústria paulista com a causa do meio ambiente começou em 1973, quando foi formada uma comissão temática na Fiesp. “Criamos uma área ambiental antes que o poder público o fizesse em São Paulo”, disse. “Nossa atuação institucional chega ao âmbito internacional”, destacou.



Segundo ele, é importante trabalhar para que a legislação e as normas “tenham consistência técnica e viabilidade de realização”. “Também publicamos conteúdos para ajudar os empresários e valorizamos as boas práticas, com a realização do 24º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental”.

Vereador de São Paulo, Gilberto Natalini também participou da abertura do seminário e da Semana do Meio Ambiente. “Admiro muito a Fiesp”, disse. “Vocês discutem questões de vanguarda, por isso venho aqui sempre que convidado”.

Deputado federal pelo estado, Arnaldo Jardim foi outro participante. “Prefiro ver o copo meio cheio, isso dá sentido ao que ainda temos que fazer”, disse. “Temos uma das legislações mais completas do mundo na área ambiental”, afirmou. “Quero saudar a Fiesp pela militância e compromisso”.

Após a abertura do evento, os sindicatos e associações de indústrias convidadas apresentaram a situação atual do sistema de logística reversa no Estado. Os temas abordados foram logística reversa de eletroeletrônicos; embalagens vazias de defensivos agrícolas, desinfetantes, lubrificantes; lâmpadas; filtros automotivos; óleo comestível; pneus; entre outros.

No evento também foi apresentado o projeto piloto de logística reversa de embalagens. O objetivo principal do sistema é estruturar um modelo alternativo para micro e pequenas empresas paulistas que viabilize o cumprimento das exigências das políticas nacional e estadual de Resíduos Sólidos.

Agência Indusnet Fiesp

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E BOAS PRÁTICAS DA INDÚSTRIA

Com a proposta de debater práticas e metas, o seminário “exemplos de sucesso do setor industrial na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, fez parte das atividades da 20ª Semana de Meio Ambiente. O encontro, conduzido pelo diretor do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp, João Carlos Redondo, teve a participação também da Grácia Fragalá, diretora titular de Responsabilidade Social da federação.

Sergio Kelner, diretor do Departamento de Educação para a Cidadania e Inovação da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, foi um dos debatedores. “O que é bom para a Suécia não necessariamente é bom para o Brasil, é preciso considerar as especificidades”, disse ele sobre as metas da chamada Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “Romper as barreiras culturais e resolver conflitos”.

Segundo Kelner, o Brasil tem “a Agenda 2030 para viabilizar”. “Temos um plano de ação e eixos estratégicos para trabalhar, como gestão e governança da Comissão Nacional para os ODS, disseminação da agenda 2030, agenda 2030 Brasil, acompanhamento e monitoramento”, disse. “Vamos criar uma câmara temática formada por estudiosos, representantes do governo e da sociedade com o objetivo de estabelecer meios de colocar em prática as metas de forma integrada”.

Assessora especial para assuntos internacionais do Governo de São Paulo, Ana Paula Fava destacou as ações em âmbito estadual em prol da sustentabilidade. “Elaboramos um livro digital para cada ODS, para usar como suporte de treinamento na rede pública de ensino”, disse.

A meta é fazer dos ODS “políticas públicas”. Entre as ações nesse sentido, Ana Paula cita a elaboração de um fluxograma que ensina aos refugiados que caminho percorrer para se inserir na sociedade brasileira, uma parceria com Fundo de Solidariedade para a oferta de cursos para a população carente e a formação de um grupo de trabalho específico sobre os ODS com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente. “A Agenda 2030 não é uma utopia”, disse. “Com engajamento e boa vontade, as coisas acontecem”.

Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Daniela Lopes reforçou a importância de “estabelecer ambientes de diálogo entre os setores”. “A Agenda 2030 é uma agenda aspiracional, cheia de oportunidades e desafios”, disse.

*Agência Indusnet Fiesp*



## CASES DA INDÚSTRIA

Patricia Iglesias Lemos, superintendente de Gestão Ambiental da Universidade de São Paulo, foi a moderadora do debate no painel “Exemplos de Sucesso na Implementação dos ODS”.

Representante da Metalúrgica Inca, empresa de pequeno porte, Luis Bello explicou que a indústria produz peças como roscas e braçadeiras. E que, mesmo sem seguir exatamente os objetivos da Agenda 2030, trabalha com um programa sólido de gerenciamento ambiental. “Diante do crescimento dos asiáticos no mercado, encaramos o desafio da concorrência, fomos buscar informação para trabalhar melhor, de modo mais econômico e sustentável”, disse.

Dessa forma, a Inca tem um trabalho com escolas de Mococa, onde fica a empresa, no interior paulista, para coleta seletiva. “Distribuímos kits, fazemos palestras, promovemos essa conscientização”, explicou. “Incentivamos as boas práticas e compartilhamos experiências”. Com 69 anos de fundação, a Inca só manda “para o aterro o papel do sanitário”, conforme explicou Bello. “Assim temos ganho financeiro e somos mais competitivos”.



Patricia Lemos destacou que pode ser trabalhado o fato de haver vários benefícios ambientais, ajudando a imagem da empresa.

O case de uma empresa de médio porte foi o da Micro-Química Ltda, apresentado por Claudio Hanaoka. Com 27 colaboradores, a empresa é 100% nacional e está há 32 anos no mercado. Ela começou desestruturada, disse Hanaoka, que quando foi trabalhar nela encontrou gestão improvisada. Ele pôs na cabeça que seria preciso montar uma empresa anticrise, pensando no que era importante para seus clientes. Percebeu nos sites de seus fornecedores o destaque à sustentabilidade. Havia uma resistência cultural a isso na Micro-Química, explicou.

Elegeu a área de lavagem de embalagens para começar a mudança cultural, por perceber que seria impossível fazer na empresa inteira. Dali começou a doutrinação, a troca de mão de obra, a implantação da ISO 9000. Na lavagem de embalagens, houve como resultado a economia de água. Entre os investimentos feitos está a coleta de água de chuva do telhado.

Embraer foi o case de empresa de grande porte. A apresentação foi feita por Mayara Ribeiro. Signatária do Pacto Global desde 2008, a Embraer começou em 2015 a tentar a implantação dos ODS. A empresa tem um programa de apoio a ONGs de comunidades onde a Embraer está inserida. Editais de apoio privilegiam os ODS identificados em consulta pública entre as ONGs em 2015. O plano de sustentabilidade para 2020 tem metas para todos os temas identificados, que passam a ser acompanhadas.

Agência Indusnet Fiesp



## IMPORTÂNCIA DO 'VALOR COMPARTILHADO' NAS EMPRESAS

Esclarecer o conceito de 'valor compartilhado' e inspirar iniciativas corporativas inovadoras e sustentáveis, foi tema de um dos eventos da 20ª Semana de Meio Ambiente da Fiesp.

Durante a abertura, o diretor do departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp, Mario Hirose, falou da importância de uma agenda consistente para o setor, além do trabalho indutor dos profissionais da área que diariamente têm a responsabilidade de minimizar os desequilíbrios de uma temática tão complexa como a implementação de ações de cunho social no ambiente empresarial.

Para a diretora de Responsabilidade Social da Fiesp e do Ciesp, Grácia Fragalá, o encontro de sustentabilidade, que já é tradição na Fiesp, abriu uma importante janela ao discutir também responsabilidade social. Segundo ela, as empresas estão sendo desafiadas a mudar sua visão de desenvolvimento financeiro focado no resultado imediato para esse desenvolvimento sustentável focado na visão de longo prazo, tendo o investimento social como geração de valor.



## RISCO, RETORNO E IMPACTO

Da Basf, o diretor da Fundação Espaço Eco, Rodolfo Walder Viana, contou como o tema do 'valor' tem sido inserido no modelo de negócio da companhia química. "Se o capitalismo do século 19 visava apenas o lucro e o do século 20 despertou para a relação entre lucro e risco, o do século 21 focará em risco, retorno e impacto", defendeu.

A gerente de Sustentabilidade da Coca-Cola, Flávia Neves, chamou a atenção para o delicado momento de crise moral pela qual passa o país e como as empresas têm pensado suas estratégias sociais para amenizar os reflexos dessa crise, que também é econômica, e reinventar novas formas de fazer negócio.

Na experiência da Fibria, a consultora de Sustentabilidade Bianca Richter Guedes Conde explicou que a ideia do 'valor compartilhado' tem sido uma ferramenta social essencial para a empresa.

Já a analista de Responsabilidade Social da Votorantim Cimentos Élyda Tavares contou que os temas de responsabilidade social da casa são tratados no guarda-chuva da sustentabilidade.

Na Tetra Pak, a especialista em Meio Ambiente, Vivian Guerreiro, alertou para os impactos ambientais já vistos nos últimos anos e explicou que "a partir do momento que começamos a falar em medidas corretivas e não mais preventivas, é hora de colocar em prática tudo o que sabemos para reinventar nossos negócios de forma perene e sustentável", finalizou.

*Agência Indusnet Fiesp*

## ESTUDO INÉDITO SOBRE PERDAS DE ÁGUAS É APRESENTADO NA SEMANA DE MEIO AMBIENTE

O estudo inédito “Perdas de água: desafios ao avanço do saneamento básico e à escassez hídrica” foi apresentado na Semana de Meio Ambiente da Fiesp. O levantamento foi feito com base no SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento) 2016 para as 100 maiores cidades do Brasil, pelo Instituto Trata Brasil (ITB), sob a coordenação da Rede Brasil do Pacto Global.

De acordo com Edison Carlos, presidente do Instituto Trata Brasil, no Brasil há 34 milhões de pessoas sem acesso à água tratada, o que corresponde a um Canadá inteiro ou metade da França. No país, apenas metade do território conta com coleta de esgoto.

O Brasil não melhorou seus indicadores principais: o saneamento básico recebe como investimento apenas 0,2% do PIB (2007-2014), um valor que não evolui, quando há “tudo a se fazer ainda”, segundo Carlos, enquanto um país desenvolvido investe 0,3% de seu PIB quando já conta com 100% de água e esgoto. Obviamente que esses números têm reflexo direto na qualidade da água ofertada para a população, indústria, comércio e setor agrícola. “O esgoto de uma cidade passa a ser a água de outro, ou seja, um reúso não-programado, mas sempre poluindo”, criticou. Ainda de acordo com o expositor, nem 45% do total coletado é tratado no Brasil. O problema ambiental é gravíssimo e não se resume às áreas periféricas. Para conferir o estudo completo acesse: <https://goo.gl/3Q2vNi>

## APRESENTAÇÃO DE FERRAMENTAS VIRTUAIS PARA EMPRESÁRIOS ENCERRA SEMANA DE MEIO AMBIENTE



O encerramento, no dia 8 de junho, da 20ª Semana do Meio Ambiente da Fiesp teve como grande atração a apresentação, por participantes da maratona de desenvolvimento Ideathon, de propostas de melhoria de sistemas da Fiesp destinados a auxiliar as indústrias no cumprimento de obrigações ambientais e nas iniciativas para auxiliar o meio ambiente.

Os integrantes do Ideathon apresentaram sugestões para diretores e especialistas, como o desenvolvimento de aplicativos a fim de aprimorar e promover sistemas da Fiesp, tais como a Bolsa de Resíduos, o Cadastro Eletrônico de Prestadores de Serviços Ambientais e o Monitore.

O Ideathon é uma maratona para aprender a construir ideias, estruturar negócios e enfrentar um mercado cada vez mais competitivo, com modelagem de negócios e oficinas de pitch – que ensina como apresentar de forma eficiente o seu negócio.

Saiba mais sobre:

**Monitore:** <http://www.fiesp.com.br/monitore>

**Cadastro Eletrônico de Prestadores de Serviços Ambientais:** <https://goo.gl/QfRXg9>

**Bolsa de Resíduos:** <https://goo.gl/fdyb7K>

Agência Indusnet Fiesp





## FORD, HABITAR CONSTRUÇÕES E ELETROPAULO VENCEM 24º PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL



A Ford Motor Company Brasil venceu o 24º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental entre as empresas de grande porte. Na categoria de pequeno porte, a vencedora foi a Habitar Construções Inteligentes. Em responsabilidade social, o prêmio foi para a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo. O anúncio foi feito na terça-feira dia 05 de junho, no final do primeiro dia das atividades da Semana de Meio Ambiente da Fiesp.

O Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental é uma das principais iniciativas de reconhecimento das ações da indústria na área de sustentabilidade. Foram mais de 400 projetos nos últimos 10 anos, e os números comprovam o crescente engajamento das empresas em questões ambientais. A edição 2018 teve o recorde de projetos inscritos.

Foram 65, de 57 empresas, conforme enfatizou Nelson Pereira do Reis, diretor titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp e do Ciesp. "Os bons números traduzem o reconhecimento dos esforços empreendidos pelas empresas, bem como a evolução de seus índices", disse.

Os projetos traduzem a dedicação e a competência das empresas e servem de exemplo a outros, o que já é um ganho expressivo, segundo Walter Lazzarini, presidente do Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp.

Para a diretora do Comitê de Responsabilidade Social da Fiesp (Cores), Gracia Fragalá, a agenda do desenvolvimento sustentável traz fortemente a questão do social, pois não há desenvolvimento econômico sem o ambiental e o social.

### FORD MOTOR COMPANY BRASIL





## 24ª EDIÇÃO DO PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL

Mostre que a sustentabilidade vale a pena

O projeto que deu o prêmio à Ford foi o "Manual para indústria alcançar o resíduo zero para aterro". Ele engloba diversos fatores, como a diminuição de resíduos gerados, maior quantidade de produtos em reúso e reciclagem, incentivo para a educação ambiental, além de ideias inovadoras. O projeto envolveu os colaboradores de todas as plantas com o seguinte foco: gerenciamento de resíduos, desde sua origem até a destinação final, com etapas padronizadas que contemplam adequação de estrutura; caracterização dos resíduos; triagem; armazenamento do resíduo; estudo da possibilidade de reaproveitamento do resíduo gerado; avaliação de parceiros ambientais e empresas recicladoras; disposição final adequada; avaliação das possibilidades de prevenção ou minimização da geração de resíduos; monitoramento do processo contínuo; ecoeficiência da coleta seletiva e conscientização.

Em janeiro de 2017 foi alcançada a meta Zero Resíduos para Aterro em todas as Plantas do Brasil: em São Paulo, fábricas de motores e transmissões de Taubaté (em 2014), planta de São Bernardo (em 2016), mais o campo de provas, em Tatuí, além da fábrica de motores de Camaçari (Bahia) que foi lançada em 2014 já com o conceito de aterro zero. O resultado: evitou-se a destinação de aproximadamente 4 milhões de quilos de resíduos para aterro por ano.

Para Edmir Mesz, supervisor de Qualidade Ambiental da Ford América do Sul, a meta global para se alcançar o aterro zero era 2020, mas foi obtida antes do prazo estabelecido para o final de 2018, em função de iniciativas como ênfase na segregação, conscientização de todos os cooperadores e o apoio da alta administração. O segredo? Apenas gestão e mudanças eficientes no processo e a disponibilização do seu Manual para ser compartilhado por outras empresas para que também zerem sua pegada ambiental com práticas sustentáveis.

### Menções honrosas :

- **HP Brasil** – Economia circular nas operações de manufatura da HP Brasil.
- **Companhia Brasileira de Alumínio** – Gestão preventiva para melhoria do desempenho ambiental, social e econômico da transformação plástica do alumínio.
- **Eaton** – Aterro zero.
- **BASF** – Projeto Triple E – Excelência em eficiência energética.
- **MRV Engenharia e Participações** – Plano de gestão de carbono MRV.



## HABITAR CONSTRUÇÕES INTELIGENTES



O projeto vencedor da categoria de pequeno porte, da Habitar Construções Inteligentes foi: "Entulho zero na construção civil". A construção civil é responsável por cerca de 14% do PIB nacional, gerando grande quantidade de entulho e impactos no meio ambiente. O projeto, desenvolvido na cidade de Pindamonhangaba-SP, reduziu o desperdício dos insumos na construção civil dos atuais 35% para menos de 2% e do tempo de obra em aproximadamente 30%; além dos custos da obra em aproximadamente 20% comparado aos sistemas construtivos atuais. O projeto se utilizou de tecnologias mais modernas para a construção civil a fim de alcançar a meta de desperdício zero.

O diretor da Habitar, Gustavo Faria, enfatizou que a empresa tem 4 anos de existência, surgiu em um momento de economia difícil

especialmente para o setor de construção civil. Segundo ele, o objetivo traçado no projeto foi de aproveitamento máximo e desperdício ínfimo. "É possível sim ter sucesso na parte social e de sustentabilidade", disse ao reforçar que a empresa está seguindo o caminho certo.

### Menções honrosas pequeno porte:

- **GEDI – Desenvolvimento e inovação:** Projeto de reutilização do lodo da ETA para produção de cargas para tintas acrílicas.
- **Solum Ambiental e Equipamentos Eletromecânicos:** Vorax DuoTherm – Equipamento para processamento de resíduos de qualquer classe através de gradiente térmico.

### ELETROPAULO

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo foi a vencedora na categoria Responsabilidade Social.







Transformação de Consumidores em Clientes (TCC), foi o projeto vencedor da maior distribuidora de energia elétrica do país. No Brasil, o consumo de energia elétrica dobrou nos últimos 20 anos, mas 350.000 residências ainda não têm acesso ao serviço. Portanto, a regularização de ligações clandestinas é oportunidade para conter os elevados custos de manutenção, redução de margem de lucratividade, prejuízos à qualidade do fornecimento, além de oferecer risco à população. Com ligações estáveis e seguras, há menor probabilidade de pane e sobrecargas no sistema, que podem ocasionar incêndios e queima de eletrodomésticos. Em 2017, foram realizadas 65.500 regularizações, em comunidades de baixa renda, superando a meta estabelecida para o período, e estreitando relações com as mesmas. Os principais resultados do TCC abrangem benefícios ambientais – com a troca de equipamentos ocorre a diminuição de emissão de gases poluentes –, sociais, com a melhoria da qualidade de vida, e econômicos.

Desde o início do projeto, em 2004, foram beneficiadas 1.595 comunidades de baixa renda, envolvendo 3,3 milhões de pessoas, 2,8 milhões de lâmpadas substituídas, 69.000 geladeiras substituídas e 12.500 chuveiros econômicos instalados. No cômputo total, mais de 825.000 novas unidades consumidoras até dezembro do ano passado.

#### Menções honrosas categoria responsabilidade socioambiental:

- **Cervejaria AMBEV** – Cervejaria Ambev e a responsabilidade socioambiental: Água AMA, mais que uma água, uma causa.
- **Siemens** – Projeto Experimento.
- **CPFL Energias Renováveis** – Programa Raízes: segurança hídrica no Semiárido do Rio Grande do Norte.
- **Tereos Açúcar e Energia Brasil** – Risco zero em casa.

Conheça os cases premiados,  
acesse:

<https://goo.gl/aVff2a>



Agência Indusnet Fiesp



## CONSELHO SUPERIOR DE MEIO AMBIENTE

### Cosema discute matriz energética renovável no Brasil

A reunião de abril do Cosema contou com a presença do coordenador de Clima e Energia do Greenpeace Brasil, Ricardo Baitelo, para apresentação da palestra “A Revolução Energética no Brasil”. Baitelo mostrou a relação entre o PIB e a demanda por energia no Brasil e, ressaltou que medidas de eficiência energética podem reduzir a demanda total em até 47%. O especialista destacou que nossa matriz energética é razoavelmente limpa e que ele acredita que, já em 2040, será possível chegar a uma matriz de baixas emissões de carbono.

Ao comentar a apresentação do representante do Greenpeace, Walter Lazzarini, presidente do Cosema, ressaltou que temos espaço para todos os tipos de energia renovável e lembrou a grande importância da questão social e da ambiental. “A desigualdade social leva a está artificial oposição entre os dois temas”, disse.

### **PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL É TEMA DE MESA-REDONDA NA FIESP**

Na Semana do Meio Ambiente, dois conselhos superiores da Fiesp, o do Agronegócio (Cosag) e o de Meio Ambiente (Cosema), realizaram reunião conjunta em 4 de junho para debaterem sobre o Programa de Regularização Ambiental – PRA.

Jacyr da Costa, presidente do Cosag, iniciou as discussões destacando a atuação intensa da Fiesp em relação ao PRA. O tema é muito importante para a segurança jurídica, o assunto ainda está judicializado e pendente de decisão, frisou Jacyr.

O vice-presidente da Fiesp e do Ciesp e diretor titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), Nelson Pereira dos Reis, relatou a assinatura, no dia 23 de maio, de protocolo com Cetesb e Secretaria de Meio Ambiente – SMA para implantação de sistema de logística reversa para embalagens de bebidas e alimentos.



O deputado federal Arnaldo Jardim, também esteve presente na reunião e destacou a tentativa de chegar a uma solução integrada, que harmonize o meio ambiente e o agronegócio. A agricultura mais sustentável do planeta está no Brasil, afirmou, destacando itens como o plantio direto e a integração lavoura com pecuária em milhões de hectares. É preciso, disse, considerar em relação ao PRA que ainda estamos esperando o desfecho da decisão do STF – a publicação do acórdão. O conceito de identidade ecológica, se persistir, pode levar a novo momento de contraditório, afirmou.

Outro convidado da mesa foi Juan Francisco Carpenter, procurador geral do Estado de São Paulo, que destacou o intrincamento e o hermetismo do tema meio ambiente. Lembrou que o PRA foi submetido à representação popular, com os debates no Legislativo, apesar de que teria sido possível normatizar o tema por decreto.

Disse que tem como prioridade que o Tribunal de Justiça faça o julgamento da Adin [ação direta de inconstitucionalidade] contra a lei do PRA.

Francisco Jardim, secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento, explicou a atuação de sua pasta e suas atribuições no PRA. Defendeu o trabalho integrado das secretarias ligadas ao tema.

Danilo Amorim, coordenador de Biodiversidade e Recursos Naturais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, explicou que tanto o PRA quanto a readequação ambiental normal para quem não aderir ao plano são questões de confiança; defendeu que haja diálogo. "Em São Paulo enxergamos o imóvel rural como um todo", afirmou. Na área protegida, Área de Proteção Permanente (APP) ou reserva legal, também deverá haver atividade produtiva, disse. Em São Paulo, para restauração o proprietário pode escolher o processo adotado, assim dando ganho ambiental inequívoco e permitindo a adequação aos recursos do produtor.

Samanta Pineda, advogada especialista em meio ambiente, destacou que é uma pauta que nunca acaba a segurança jurídica no campo. O PRA, explicou, é parte do processo de regularização ambiental, e é necessário para evitar que o Cadastro Ambiental Rural se torne uma arma contra o agronegócio. Ela sugere simplificação do tratamento dado pelo Estado a quem não aderir ao PRA. Para Pineda, é equivocada a interpretação estadual de soma de APP com reserva legal só ser possível caso haja déficit de reserva legal. Outro problema é a identidade ecológica, que leva à impossibilidade de compensação em São Paulo.

*Agência Indusnet Fiesp*

## **PAÍSES FECHAM ACORDO PARA REDUZIR EM 50% EMISSÕES DA NAVEGAÇÃO ATÉ 2050**

A Organização Marítima Internacional (IMO) adotou em Londres, uma estratégia inicial para reduzir as emissões de gás carbônico da navegação internacional em pelo menos 50% até 2050, em relação aos níveis de 2008.

É o primeiro acordo que visa a controlar a poluição climática do setor que, sozinho, responde por cerca de 2% das emissões globais de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento do planeta. Se fosse um país, a navegação seria o sexto maior emissor. Tanto o setor quanto a aviação internacional ficaram de fora do Acordo de Paris, estabelecido em 2015 e que define os esforços dos países para conter o aquecimento global a menos de 2°C até o final do século, com tentativas de ficar em 1,5°C. Mas sem os dois setores é impossível fechar a conta.

O novo acordo, fechado após duas semanas de reuniões dos 170 países-membros da IMO em Londres, define também metas de redução da intensidade de carbono, ou seja, quanto é emitido pelos navios em relação à distância percorrida com carga útil. A proposta, que foi defendida pelo Brasil, é reduzir as emissões por carga útil transportada em 40% até 2030, almejando 70% até 2050, em relação a 2008.

Editado de: Jornal Estado de São Paulo

<https://goo.gl/9Rj3Hx>





## ANA DISPONIBILIZA NOVA PLATAFORMA DE DADOS ABERTOS SOBRE RECURSOS HÍDRICOS

Já está disponível a nova plataforma de dados abertos da Agência Nacional de Águas (ANA). A página ([dadosabertos.ana.gov.br](https://dadosabertos.ana.gov.br)) permite que toda a sociedade acesse dados e informações do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) em formato aberto. Desta forma, os usuários do serviço têm à disposição dados processáveis por computadores e referenciados na internet. Assim, os conteúdos do SNIRH podem ser usados livremente, como para produção de aplicativos, desde que seja dado o devido crédito à fonte e ao autor – no caso, a ANA.

A ferramenta tem como objetivo implementar e promover a abertura dos dados sob responsabilidade do interessado, bem como aumentar a disseminação de dados e informações para a sociedade.

Estão disponíveis 97 conjuntos de dados, fragmentado em dez grupos que tratam de: divisão hidrográfica, quantidade e qualidade de água, usos da água, balanço hídrico, eventos hidrológicos críticos, entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), planos de recursos hídricos, regulação e fiscalização.

O Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) é um dos instrumentos de gestão previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 9.433/1997, conhecida como Lei das Águas. Trata-se de um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos, assim como fatores que influenciam sua gestão.

Editado de: Agência Nacional de Águas

<https://goo.gl/CBmgP6>



## AÇÕES REGIONAIS E SETORIAIS

### RODADA DE NEGÓCIOS

O Departamento de Desenvolvimento Sustentável - DDS esteve presente durante a rodada de negócios realizada pelas diretórias regionais de Americana, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e Santa Bárbara d'Oeste em Americana no dia 24 de maio. Participaram mais de 150 empresas e foram realizados diversos atendimentos na área ambiental aos presentes e divulgação dos produtos/serviços da FIESP e do CIESP."

### GRUPOS DE MEIO AMBIENTE

#### DR Alta Paulista e Botucatu

A Decisão de Diretoria Cetesb nº 076/2018 que estabelece procedimentos para incorporação da Logística Reversa no âmbito do licenciamento ambiental, em atendimento a Resolução SMA 45/2015 foi o tema abordado nas reuniões do GMA de Alta Paulista e Botucatu.

#### DR Campinas

O Grupo de Meio Ambiente do CIESP Campinas realizou reunião para discutir aspectos quanto ao decreto estadual que tratou do reajuste das taxas de licenciamento e da liminar obtida pelo CIESP, assim como a situação hídrica das bacias PCJ, especialmente, na região de Campinas.

## GMA PROMOVE WORKSHOP DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS



O Grupo de Meio Ambiente – GMA do CIESP Limeira, em parceria com a Cetesb - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, promoveu no dia 16 de maio o 3º Workshop de Boas Práticas Ambientais. O objetivo foi apresentar “cases” de sucesso de empresas de Limeira e região que implantaram projetos em busca de melhorias ambientais em suas instalações industriais e que podem ser aplicados em outras organizações.

“Assuntos importantes do setor industrial foram abordados, como recursos hídricos e a logística reversa, além dos cases das empresas de Limeira e região, que mostram mais uma vez que as indústrias estão cumprindo seu papel e buscando constantemente formas mais sustentáveis e limpas de produzir, sem prejudicar o meio ambiente. Essas empresas merecem nosso reconhecimento, assim como a Cetesb, entidade fundamental na preservação ambiental que completa 50 anos de relevantes serviços prestados e recebeu uma justa homenagem durante o workshop”, comentou Jairo Ribeiro Filho, diretor titular do CIESP/FIESP Limeira.

O evento reuniu mais de 120 participantes entre profissionais da área e estudantes que assistiram sete cases apresentados pelas indústrias da região.



Na ocasião, também ocorreu apresentação sobre logística reversa pela Cetesb e o Departamento de Desenvolvimento da Fiesp discursou sobre segurança hídrica na indústria: realidades e perspectivas.

O CIESP Limeira e o GMA aproveitaram esse importante evento para homenagear a Cetesb, que completa em julho 50 anos de fundação e é reconhecida pelas políticas públicas que garantem ao Estado de São Paulo respeitabilidade na área ambiental. Uma placa foi entregue pelo diretor do CIESP Jairo Ribeiro Filho a Flavio de Miranda Ribeiro que, na ocasião, representou o presidente da Cetesb, Carlos Roberto dos Santos.

Editado de: Ciesp Limeira

<https://goo.gl/BX13cl>



**Confira o Manual de Uso Racional de Água no Setor Industrial**

<https://goo.gl/3D16Qw>



## A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PAULISTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, líderes de governo e de estado reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa seção do Informe Ambiental para divulgar os ODS com casos concretos, que podem ser utilizados como *benchmarks*.

A seguir, destacamos o caso da empresa EATON, que recebeu menção honrosa no Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental de 2017.

**Empresa:** Eaton

**Projeto:** Zero resíduos para aterro sanitário

A Eaton está há 60 anos no Brasil e possui 09 fábricas localizadas nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. A empresa é líder mundial no fornecimento de componentes elétricos, hidráulicos, automotivos, aeronáuticos e filtração.

O projeto "Zero resíduos para aterro sanitário" visou garantir a redução da geração de resíduos destinados a aterro a menos de 2% do total gerado pela empresa e, conseqüentemente, minimizou a emissão de CO<sub>2</sub>, através do aperfeiçoamento dos processos de gestão de resíduos. O projeto consistiu na aplicação de um conjunto de ações, métodos, técnicas e tecnologias, que visaram coletar e destinar todos os resíduos gerados pela empresa de forma ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável.

No ano de 2016, apenas 0,99% dos resíduos gerados pela empresa foram destinados a aterros sanitários. As iniciativas promoveram uma redução anual de aproximadamente 30 toneladas de resíduos para aterro sanitário e, conseqüentemente deixou de emitir aproximadamente 79 toneladas de CO<sub>2</sub> anualmente.

Fonte: Nações Unidas

<https://goo.gl/4kwtyx>



### ODS relacionados a esse projeto:





## NO RADAR



# 196

## Representações em Fóruns/Colegiados

### ACÚSTICA

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Reunião da Comissão de Estudo de Desempenho Acústico em que se discutiu as contribuições da consulta pública sobre a revisão da Norma ABNT NBR 10.151. Esta norma trata da avaliação do ruído em áreas habitadas, visando ao conforto da comunidade.

### BIODIVERSIDADE

Área de Proteção Ambiental do Rio Batalha (APA Batalha)

Participação nas reuniões da APA para avaliar e propor diretrizes para o plano de manejo e programas e ações para a APA Rio Batalha. O DDS acompanhou as ações propostas ao setor produtivo e reforçou o cumprimento da legislação vigente. Nas ocasiões, foi possível consolidar as propostas para as questões que envolvem o setor produtivo como pulverização aérea, agroquímicos e transgênicos e regulamentada a observância e cumprimento da legislação vigente.

Estação Ecológica de Avaré

Reunião do Conselho Consultivo para apresentação da proposta de Estatuto do

Conselho. O DDS propôs alterações em alguns artigos enfatizando maior participação ao conselho nas tomadas de decisões e paridade nas câmaras técnicas.

### CONSELHOS AMBIENTAIS

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São José do Rio Preto

O Comdema de São José do Rio Preto realizou reunião para discussão das tratativas do Programa Município Verde Azul (PMVA). Houve também na ocasião a apresentação da Diretiva Conselho Ambiental, em especial da atividade CA4 – manifestação do Comdema sobre as ações enviadas para avaliação do PMVA.

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Marília

Reunião do conselho municipal do meio ambiente de Marília para eleição e posse da diretoria. O Ciesp de Marília assumirá a vice-presidência do conselho comprometendo-se a acompanhar as ações e propostas do conselho em conjunto com os demais membros, visando a melhoria da gestão ambiental do município.

Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de São José do Rio Preto

A Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU) para o cumprimento da Agenda 2030 em Rio Preto, deu um importante passo nesta sexta-feira, dia 18 com a conclusão da primeira etapa do Diagnóstico do município.

## **Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)**

Reunião da câmara técnica de cobrança para discussão da proposta de atualização de 100% no valor do PPU da cobrança na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, onde a FIESP posicionou-se contrariamente. Também houve posicionamento quanto a revisão da resolução CNRH nº 48 que estabelece critérios gerais para a cobrança dos recursos hídricos no Brasil, assim como quanto a resolução CNRH nº 145 que trata da elaboração dos planos de recursos hídricos.

## **Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)**

O Consema aprovou em sua última reunião plenária o plano de manejo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). O PETAR é um dos mais antigos parques do estado de São Paulo e abrange uma das províncias espeleológicas mais importantes do Brasil. Na ocasião, também houve a aprovação da minuta de decreto que regulamenta a Política Estadual de Educação Ambiental e institui a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental.

## **COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICAS**

### **FEHIDRO**

Os comitês de bacias hidrográficas realizaram reuniões para análise e hierarquização dos projetos proponentes a tomadores de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos 2018. O Fehidro financia programas e ações na área de recursos hídricos, de modo a promover a melhoria e a proteção dos corpos d'água e de suas bacias hidrográficas.

### **PLANO DE BACIA**

Os comitês de bacias hidrográficas realizaram reuniões em abril para aprovação do relatório II do Plano de Bacia dos comitês.

## **Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) do Rio Grande**

O comitê de bacia hidrográfica Rio Grande realizou os seminários regionais do PIRH em cidades do estado de São Paulo e Minas Gerais, para divulgação do Manual Operativo do Plano. O manual foi criado para subsidiar a implementação das ações constantes dos PIRH, nele estão definidos os responsáveis, os procedimentos necessários, os pré-requisitos e os resultados intermediários e finais esperados de cada uma dessas ações.

## **Paranapanema Federal**

Plenária do CBH – Paranapanema para apresentação do andamento das ações propostas no plano de bacia e aprovação da deliberação do plano de atividades do comitê. Na ocasião, também ocorreu a inauguração oficial do escritório de apoio à secretaria executiva do comitê conforme contrato com a ANA - Agência Nacional de Águas.

## **RELATÓRIO DE SITUAÇÃO**

Os comitês de bacias hidrográficas estão em processo de elaboração dos relatórios de situação das bacias 2018 – ano base 2017. Os relatórios devem ser apresentados e aprovados em reunião plenária até julho/2018.

## **RIO GRANDE FEDERAL**

O comitê da bacia federal, Rio Grande, aprovou a criação da Câmara Técnica de Planejamento e o Grupo de Trabalho de acompanhamento do plano de bacia. As deliberações foram aprovadas previamente pelas câmaras técnicas de integração (CTI) e institucional e legal (CTIL).

COMITÊS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ  
Plenária para aprovação da avaliação de condicionantes da SABESP no âmbito da outorga do Sistema Cantareira e priorização de recursos para ampliação da rede de monitoramento de qualidade. Na ocasião, também houve aprovação da etapa I do plano de bacias PCJ, com destaque ao posicionamento do setor quanto a necessidade de avanços na segurança hídrica para os usuários, por meio dos cadernos de garantia de suprimento hídrico e enquadramento.

#### MONITORAMENTO HIDROLÓGICO PCJ

A câmara de monitoramento hidrológico analisou as condições hidrológicas e as necessidades hídricas de descargas do sistema Cantareira. A CT também apresentou as premissas para elaboração do caderno de garantia de suprimento hídrico no âmbito do plano de bacias PCJ que busca compatibilizar as ofertas e demandas atuais e futuras até 2035.

#### **GESTÃO EMPRESARIAL AMBIENTAL**

##### Rede Brasil do Pacto Global

O Grupo Temático Água se reuniu para apresentação aos presentes da Plataforma *CEO Water Mandate* e outras plataformas de engajamento. O *CEO Water Mandate* congrega compromissos de eficiência em gestão de água das empresas, tendo como uma das premissas de adesão, a obrigação em reportar anualmente o progresso da empresa na implementação de ações prescritas por meio dos compromissos instituídos na plataforma.

## Diplomas legais recentes - Federal

### **GESTÃO EMPRESARIAL AMBIENTAL**

Instrução Normativa Ibama nº 9, de 5 de abril de 2018

Considera no prazo regular, para todos os efeitos, o Relatório Anual de Atividades, previsto na Lei nº 6.938/81, referente ao ano de 2018 (ano-base 2017), entregue até o dia 30/4/2018.

Instrução Normativa Ibama nº 11, de 13 de abril de 2018

Altera a Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, que regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e dá outras providências.

Instrução Normativa Ibama nº 12, de 13 de abril de 2018

Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais.

### **LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nº 4, de 24 de abril de 2018

Estabelece procedimentos para a concessão de Anuência para Autorização para Supressão de Vegetação no interior de Unidades de Conservação Federais para atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.



## PROJETOS DE LEI

### PLS nº 161/2018

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para instituir o bônus-desconto aos usuários pela redução do consumo de água.

### PL nº 10.108/2018

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.

### PLS nº 161/2018

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, para instituir o bônus-desconto aos usuários pela redução do consumo de água.

### PL nº 10.273/2018

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que "dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências", para adequar a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA.

### PL nº 10.238/2018

Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

### PL nº 10.108/20

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 (Lei das Águas), para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.

### PLS nº 251/2018

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para dispor sobre o registro das Cotas de Reserva Ambiental

## Diplomas legais recentes - Estadual

### ÁREAS DE PROTEÇÃO

Decreto nº 63.324, de 29 de março de 2018  
Cria o Parque Estadual Águas da Billings, e dá providências correlatas.

### Resolução SMA nº 61, de 23/05/2018

Dispõe sobre os procedimentos preparatórios para a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Itapeti, unidade de conservação de uso sustentável localizada nos Municípios de Mogi das Cruzes, Guararema e Suzano.

Resolução SMA nº 54, de 15 de maio de 2018  
Dispõe sobre as designações dos membros do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental (APA) Tietê.

Resolução SMA nº 40, de 6 de abril de 2018  
Acrescenta dispositivos à Resolução SMA 157, de 07/12/2017, que define requisitos para a aprovação de projetos de restauração ecológica, e dá outras providências para a implementação do Programa Nascentes, objeto do Decreto 62.914, de 08/11/2017, visando estabelecer critérios para a outorga do Selo Nascentes.

Portaria FF nº 34, de 10 de abril de 2018  
Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo da Estação Ecológica (EE) Caetetus, biênio 2018-2020.

Portaria FF nº 107, de 8 de maio de 2018  
Dispõe sobre a instituição do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental (APA) Tejuapá, biênio 2018-2020.

## **RECURSOS HÍDRICOS**

---

Portaria DAEE nº 2.199, de 25 de abril de 2018  
Estabelece diretrizes para regularização de débitos de usuários inadimplentes em relação à Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos e dá outras providências.

Deliberação CBH-ALPA nº 159, de 25 de abril de 2018  
Aprova o Relatório II - Plano de Bacia Hidrográfica da UGRHI-14 (2016-2027).

Deliberação CBH-AT nº 51, de 26 de abril de 2018  
Aprova o Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (PBHAT).

Deliberação CBH-SMG nº 271, de 26 de abril de 2018

Aprova o Relatório II - Plano Diretor da UGRHI 08.

Deliberação CBH-PS nº 4, de 27 de abril de 2018

Aprova a complementação do "Plano de Bacias da UGRHI 02 com as respectivas modificações em seu Plano de Ação e Programa de Investimentos", bem como o "Relatório da Situação de Efetivação do Enquadramento" e o "Relatório da Situação da Rede de Monitoramento Qualiquantitativo" e dá outras providências.

Deliberação CBH-PP nº 187, de 27 de abril de 2018

Aprova o Relatório II (Prognóstico e Plano de Ação) do Plano de Bacia Hidrográfica da UGRHI-22 para 2016/2027.

## **RESÍDUOS SÓLIDOS**

---

Resolução SMA nº 41, de 13 de abril de 2018

Estabelece diretrizes para implementação do Módulo Reciclagem do Sistema Estadual de Gerenciamento On-line de Resíduos Sólidos (Sigor), e dá providências correlatas.

Decisão de Diretoria Cetesb nº 76-C, de 3 de abril de 2018

Estabelece Procedimento para a incorporação da Logística Reversa no âmbito do licenciamento ambiental, em atendimento à Resolução SMA 45, de 23/06/2015 e dá outras providências.

## PROJETOS DE LEI

### PL nº 293/2018

Altera a Lei nº 12.233, de 2006, que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM) da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, e a Lei nº 9.866, de 1997, que dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado.

### PL nº 234/2018

Dispõe sobre o uso preferencial de agregados reciclados em obras e serviços públicos do Estado.

### PL nº 345/2018

Proíbe a disposição e a deposição de resíduos tóxicos ou sedimentos contaminados com produtos, substâncias e compostos químicos orgânicos ou inorgânicos, em águas, leitos e cavas subaquática.

### PL nº 233/2018

Altera a Lei nº 12.233, de 2006, que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM) da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga.

## OUTROS SERVIÇOS

### Portal de Resíduos

Nele é possível acessar a Bolsa de Resíduos; endereços de onde reciclar os resíduos; cases de sucesso relevantes da indústria em relação a esse tema; os acordos setoriais e os Termos de Compromisso vigentes; a legislação específica; e estatísticas, publicações e documentos relacionados à área de resíduos.

Saiba mais em: <https://goo.gl/Tr94PQ>

### Cadastro eletrônico de prestadores de serviços

Banco de dados de prestadores de serviços, fabricantes e consultores na área de meio ambiente

Acesse: <https://goo.gl/n2KuT3>

Clique nos links



## AVISOS

### TRANSIÇÃO NORMA ABNT NBR ISO 14001: 2015

#### Sistemas de Gestão Ambiental – Requisitos com orientação para uso

O período de transição da ISO 14001: 2015 encerra-se em setembro de 2018. A partir desta data, os certificados obtidos pelas organizações com base na versão anterior, de 2004, não serão mais válidos.

Desta forma, é importante que a organização fique atenta a implementação das ações necessárias para adaptação à nova norma.

Com o objetivo de orientar as empresas neste processo de transição, o DMA elaborou documento com todas novidades da nova versão e encontra-se disponível no endereço:

Saiba mais: <https://goo.gl/9qhA1s>



## AVISOS

### IBAMA DEFINE NOVAS REGRAS PARA O CADASTRO TÉCNICO FEDERAL

O Ibama publicou as Instruções Normativas (INs) nº 11 e nº 12, que regulamentam o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

O Ibama estabelece um sistema de classificação normativo e técnico para identificação de atividades cuja realização requer inscrição no CTF/APP. Elas foram classificadas em Fichas Técnicas de Enquadramento, publicadas como anexos da Instrução Normativa nº 12/2018.

As alterações introduzidas pelas novas regras e a metodologia de enquadramento entram em vigor a partir de 29 de junho.

O Cadastro é obrigatório para pessoas físicas e jurídicas que realizam atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais. Atualmente, o CTF tem cerca de 3 milhões de inscritos.

Fonte: Ibama

<https://goo.gl/qKcqPE>

Clique nos links



### APLICAÇÃO DE VALORES INDEVIDOS DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NA BACIA DO TURVO/GRANDE (CBH-TG)

Fiesp e Ciesp orientam aos usuários pagantes, que solicitem a revisão dos boletos

Em abril de 2018, os usuários da área de abrangência do CBH-TG receberam os boletos encaminhados pelo DAEE referentes à cobrança, tendo como base o valor total de 12 meses, dividido em nove parcelas.

Constatou-se que o procedimento utilizado pelo DAEE, para cálculo dos valores, está em desacordo com o preconizado pela Deliberação CRH nº 90/2008 e pelo Decreto nº 61.346, de 6/07/2015, que determinam o cálculo proporcional da cobrança aos meses subsequentes à emissão do boleto, quando essa não se inicia no primeiro mês do exercício fiscal, sendo vedada a cobrança retroativa.

Fiesp e Ciesp solicitaram esclarecimentos à superintendência do DAEE, quanto aos procedimentos e a revisão do procedimento de cálculo dos valores da cobrança em 2018.

Até o momento da publicação do Informe Ambiental, ainda não havíamos recebido resposta, portanto orientamos as empresas que receberam boletos de cobrança nessa bacia, a consultar a Secretaria Executiva do comitê solicitando a revisão dos boletos, objetivando os descontos dos valores cobrados indevidamente.

#### CBH-TG

E-mail: [comitetg@gmail.com](mailto:comitetg@gmail.com)

Tel: (17) 3227 2108

**FIESP**

PORTAL  
**CLIMA  
EM DEBATE**

# MONITORE

Sistema de Gerenciamento de Obrigações Ambientais

## **PAGAMENTO DA 2ª PARCELA DE 2018 DA TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFA E TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – TCFASP**

A quem se aplica: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental- TCFA deve ser realizado trimestralmente por empresas que exerçam as atividades listadas no Anexo VIII da Lei 10.165/2000.

Como fazer: O pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU única, servirá como documento comprobatório da efetivação do pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -TCFASP, prevista na Lei 14.626/2011. O boleto deverá ser emitido por meio do site do IBAMA.

Fonte: IBAMA <http://www.ibama.gov.br/>

## **CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO - CGEN**

O conselho de gestão do patrimônio genético – Cgen estabeleceu a data de 31 de julho de 2018 como prazo final para que os usuários que tenham iniciado o processo de regularização antes da data de entrada em vigor da Lei nº 13.123, de 2015, e, a seu critério, tenham optado por repartir benefícios de acordo com os termos da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, conforme previsto no § 4º do art. 41 da Lei nº 13.123, de 2015, apresentem o Contrato de Utilização do

Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios (CURB) ou o Projeto de Repartição de Benefícios a ser anuído pelo CGen.

Os usuários que não apresentarem o CURB ou o Projeto de Repartição de Benefícios no prazo estabelecido devem repartir benefícios de acordo com o disposto na Lei nº 13.123, de 2015.

## **PRORROGADO PRAZO PARA INSCRIÇÃO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)**

O prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural foi prorrogado novamente para todos os imóveis rurais. Proprietários e possuidores de imóveis rurais têm até o dia 31 de dezembro de 2018 para fazer a inscrição no CAR. O prazo foi prorrogado pelo Decreto Federal 9.395/2018, de 30 de maio de 2018.

A inscrição no Cadastro Ambiental Rural até o final do prazo garante aos proprietários e possuidores de imóveis rurais os benefícios previstos no Código Florestal Brasileiro, Lei Federal Nº 12.651/2012. A partir de 2019, o crédito agrícola só será concedido para imóveis rurais com inscrição no CAR. No estado de São Paulo, os imóveis rurais devem ser inscritos no SICAR-SP.

Maiores informações:

<http://www.car.gov.br/>

## AGENDE-SE



### Prêmio ODS Brasil. Você faz. O Brasil reconhece. O mundo fica melhor.

Inscrições até 29/06/18

[www.odsbrasil.gov.br](http://www.odsbrasil.gov.br)



O **Prêmio ODS Brasil** é uma iniciativa do Governo Federal para incentivar, valorizar e dar visibilidade às práticas que vêm ajudando o Brasil a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nessa 1ª Edição do Prêmio poderão concorrer práticas aderentes às dimensões social, ambiental, econômica e institucional.

São elegíveis práticas de governos estadual/distrital e municipal, de organizações com e sem fins lucrativos e instituições de ensino, pesquisa e extensão. Poderão ser inscritas até três (03) práticas por CNPJ.

Além da premiação, as práticas inscritas e aptas irão compor um **Banco de Boas Práticas**.

Clique [aqui](#) para maiores informações e inscrição.



Enap

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO,  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

SECRETARIA NACIONAL DE  
ARTICULAÇÃO SOCIAL

SECRETARIA DE  
GOVERNO



## Expediente

O Informe Ambiental é uma publicação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e Diretoria do Ciesp. Circulação mensal.

Fotografias: Everton Amaro, Helcio Nagamine

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549 4675 | Fax: 3549 4237 | [cdma@fiesp.com](mailto:cdma@fiesp.com) | [www.fiesp.com.br](http://www.fiesp.com.br)

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos é necessário que faça o cadastro através do link <http://www.fiesp.com.br/cadastro>